



UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE DIREITO
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO

EDITAL FD/PÓS/SEL. nº 01/2016 – ABERTURA DO PROCESSO SELETIVO DE INGRESSO NO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO, DA FACULDADE DE DIREITO DA USP, A PARTIR DO PRIMEIRO SEMESTRE DE 2017 PARA TODAS AS ÁREAS DE CONCENTRAÇÃO.

A Comissão de Pós-Graduação (CPG) da FDUSP, no uso de sua competência fixada no artigo 38, do Regimento de Pós-Graduação da USP, torna público a abertura de inscrições e estabelece normas para o processo seletivo de ingresso no Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo a partir do 1º semestre de 2017 para todas as áreas de concentração (Cursos de Mestrado, Doutorado e Doutorado Direto).

1 - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

- 1.1. O Programa de Pós-Graduação da FDUSP conta com 11 áreas de concentração, a saber: 1) *DCV-Direito Civil*; 2) *DCO-Direito Comercial*; 3) *DEF-Direito Econômico, Financeiro e Tributário*; 4) *DES-Direito do Estado*; 5) *DIN-Direito Internacional*; 6) *DPM-Direito Penal, Medicina Forense e Criminologia*; 7) *DPC-Direito Processual*; 8) *DTBS-Direito do Trabalho e da Seguridade Social*; 9) *DFD-Filosofia e Teoria Geral do Direito*; 10) *DHU-Direitos Humanos* e 11) *DRM-Direito Romano e Sistemas Jurídicos Contemporâneos*.
- 1.2. O processo de seleção será realizado em duas fases, conforme o disposto no item 8.
- 1.3. Os candidatos poderão inscrever-se em apenas uma Área de Concentração.

- 1.4. Poderão participar do processo de seleção candidatos portadores de título de graduação, de mestre e os que concluírem o curso de graduação no ano da inscrição.
- 1.5. Haverá dispensa das provas de proficiência, conforme o disposto no item 5.2.
- 1.6. Haverá dispensa da prova dissertativa, conforme o disposto no item 5.3.
- 1.7. Haverá redução do valor das taxas da prova de proficiência, conforme o disposto no item 6.
- 1.8. Haverá isenção da taxa da prova de proficiência, conforme o disposto no item 7.
- 1.9. Haverá vista à prova dissertativa conforme o disposto no item 2 “**Do Calendário de Atividades para todas as Áreas de Concentração**”.
- 1.10. A realização das provas de proficiência em idiomas estrangeiros ficará a cargo e sob responsabilidade da FUVEST.
- 1.11. Nos termos da **Deliberação FD/CPG/SEL. nº 01/2010**, poderá haver duas convocações para a etapa de seleção com o Orientador, conforme o disposto no item 9.
- 1.12. No decorrer deste processo seletivo, serão, ainda, divulgados uma Deliberação da CPG; sete Editais e cinco Comunicados pela FDUSP no http://www.direito.usp.br/pos/pos_stricto_editais_01.php, e/ou no http://www.direito.usp.br/pos/informacoes_pos_graduacao_01.php; e o resultado das provas de proficiência em idioma estrangeiro será divulgado pela FUVEST no www.fuvest.br, conforme consta do calendário abaixo:

2 – DO CALENDÁRIO DE ATIVIDADES PARA TODAS AS ÁREAS DE CONCENTRAÇÃO

16 a 23 de fevereiro de 2016	Período de INSCRIÇÃO NAS ÁREAS DE CONCENTRAÇÃO
01 de março de 2016	Divulgação da Deliberação da CPG , contendo o resultado dos requerimentos de inscrição.
02 de março de 2016	Divulgação do Comunicado FD/PÓS/SEL. nº 01/2016 , contendo: 1. Resultado dos pedidos de dispensa das provas de proficiência em idiomas estrangeiros. 2. Resultado dos pedidos de dispensa da prova dissertativa. 3. Resultado dos pedidos de desconto de 50% da taxa da FUVEST. 4. Resultado dos pedidos de isenção da taxa da FUVEST (somente para os candidatos da Área de Direitos Humanos).
07 a 10 de março de 2016	Período de INSCRIÇÃO NOS EXAMES DE PROFICIÊNCIA EM IDIOMAS ESTRANGEIROS e pagamento da taxa da FUVEST.
11 de março de 2016	Data Limite para pagamento da taxa da FUVEST
16 de março de 2016	Divulgação do Comunicado FD/PÓS/SEL. nº 02/2016 , contendo os locais de realização da Prova Dissertativa.
19 e 20 de março de 2016	Provas de proficiência em idiomas estrangeiros, de acordo com as orientações encontradas no <i>site</i> da FUVEST (www.fuvest.br).

21 de março de 2016	Prova Dissertativa das Áreas: DCV – DCO – DEF – DIN – DFD – DRM
22 de março de 2016	Prova Dissertativa das Áreas: DES – DPM – DPC – DTBS – DHU
01 de abril de 2016	Divulgação do resultado das provas de proficiências em idiomas estrangeiros, no site da FUVEST (www.fuvest.br).
18 de abril de 2016	Envio da prova dissertativa dos candidatos dispensados/aprovados na 1ª fase do processo seletivo aos Professores da Área de Concentração, para fins de correção e avaliação.
22 de julho de 2016	Divulgação do Edital FD/PÓS/SEL. nº 02/2016 , contendo o resultado da prova dissertativa.
27 de julho de 2016	Vista à prova dissertativa
19 de agosto de 2016	2. Divulgação do Edital FD/PÓS/SEL. nº 03/2015 , contendo a relação dos candidatos convocados para a primeira seleção pelo orientador e vagas disponibilizadas. Divulgação do Comunicado FD/PÓS/SEL. nº 03/2016 , contendo as especificidades da primeira seleção pelo orientador.
29 a 31 de agosto de 2016	Período para os candidatos dispensados e/ou aprovados nas duas fases anteriores do processo seletivo indicarem o orientador pretendido, dentro da área de concentração escolhida, e entregarem pessoalmente ou por terceiros, no horário das 10h às 15h , junto à Secretaria de Pós-Graduação (localizada no Largo de São Francisco, 95 – 3º andar intermediário do Prédio Anexo. Centro – São Paulo – Capital. CEP: 01005-010), os seguintes documentos: 1. Duas vias da ficha de seleção com o orientador, sendo uma via para a capa da encadernação e uma via avulsa para protocolo, disponível em http://www.direito.usp.br/pos/arquivos/ficha_selecao_orientador_2017.pdf . 2. Projeto de pesquisa, de acordo com a linha de pesquisa do orientador pretendido, contendo: o tema a ser desenvolvido e suas limitações; justificativa da escolha e sua importância; as principais questões a serem analisadas; bibliografia; e, no caso de doutorado, a contribuição original à ciência jurídica brasileira. Obs.: O projeto de pesquisa deverá ser entregue com uma via impressa encadernada, tamanho A4, capa transparente com fundo preto e uma via em CD, gravada em PDF, identificada e afixada na última página do impresso. A formatação deve seguir o padrão ABNT: fonte Times New Roman, tamanho 12, espaçamento entre linha 1,5, margens de 3 centímetros. As referências e citações também devem seguir o padrão ABNT. 3. Currículo Lattes impresso (lattes.cnpq.br) e encadernado na sequência do projeto de pesquisa. Não

	<p>será aceito currículo fora deste formato.</p> <p>4. Os documentos (Projeto de pesquisa e CD) deverão estar identificados contendo o nome do candidato, nome do Orientador pretendido e área de concentração.</p> <p>5. A entrega poderá ser efetuada por via postal, desde que a documentação seja recebida até 31 de agosto de 2016. Enviar com Aviso de Recebimento (AR) e identificar o malote com a informação: “À Secretaria de Pós-graduação FDUSP – Processo Seletivo 2017”. Obs.: Não serão aceitos documentos fora dos formatos estipulados acima.</p>
26 de setembro a 07 de outubro de 2016	Período da primeira seleção pelo orientador.
14 de outubro de 2016	Divulgação do Edital FD/PÓS/SEL. nº 04/2015 , contendo o resultado da primeira seleção pelo orientador.
14 e 17 de outubro de 2016	Recurso quanto ao resultado da primeira seleção pelo orientador.
21 de outubro de 2016	Divulgação do Edital FD/PÓS/SEL. nº 05/2016 , contendo: 1) a convocação dos candidatos não aceitos na primeira seleção pelo orientador. 2) número de vagas remanescentes, por orientador, nas respectivas áreas de concentração. Divulgação do Comunicado FD/PÓS/SEL. nº 04/2016 , contendo as especificidades da segunda seleção pelo orientador.
25 e 26 de outubro de 2016	Período para os candidatos convocados através do Edital FD/PÓS/SEL. nº 05/2016 indicarem o orientador da Segunda Seleção.
07 a 11 de novembro de 2016	Período da segunda seleção com o orientador.
21 de novembro de 2016	Divulgação do Edital FD/PÓS/SEL. nº 06/2016 , contendo o resultado da segunda seleção pelo orientador.
21 de novembro de 2016	Divulgação do Edital FD/PÓS/SEL. nº 07/2016 : contendo o resultado final do Processo Seletivo.
21 a 23 de novembro de 2016	Recurso quanto ao resultado final do Processo Seletivo.
28 de novembro de 2016	Divulgação do Comunicado FD/PÓS/SEL. nº 05/2016 : convocação e orientações para matrícula inicial no Programa de Pós-Graduação em 2017.
12 a 20 de dezembro de 2016	Período para a entrega dos documentos exigidos para a matrícula.

3 - DA INSCRIÇÃO NAS ÁREAS DE CONCENTRAÇÃO

A inscrição para este processo seletivo ocorrerá no período de:

16 a 23 de fevereiro de 2016. – A inscrição deverá ser feita através do endereço: **http://www.direito.usp.br/pos/inscricao_pos_01** - **Nota: O período de inscrição inicia-se à 0h00min e encerra-se às 23h59min no horário de Brasília.**

a) Poderá ser pleiteado, no próprio requerimento de inscrição:

- dispensa das provas de proficiência em idioma estrangeiro e ou da prova dissertativa.
- redução do valor da taxa FUVEST.
- isenção da taxa da FUVEST.

b) O aluno matriculado no curso de Mestrado da FDUSP que pretenda aprovação em mais um idioma estrangeiro deverá também se inscrever neste Processo Seletivo.

4 – DA INSCRIÇÃO NOS EXAMES DE PROFICIÊNCIA EM IDIOMAS ESTRANGEIROS

O período de inscrição nos exames de proficiência de idiomas estrangeiros será de 07 a 10 de março de 2016. Nota: O período de inscrição inicia-se à 0h00min e encerra-se às 23h59min no horário de Brasília. Para a realização das provas de proficiência em idiomas estrangeiros os:

a) **CANDIDATOS BRASILEIROS:** Farão sua inscrição pelo site www.fuvest.br e o pagamento das taxas abaixo relacionadas

b) **CANDIDATOS ESTRANGEIROS:** Farão sua inscrição pelo site www.fuvest.br no período de 07 a 10 de março de 2016, e o pagamento das taxas abaixo relacionadas deverá ser feito no dia do exame.

c) Local dos exames de proficiência em idiomas estrangeiros: será divulgado oportunamente no site www.fuvest.br.

1) Exame de 01 idioma: R\$ 150,00 (cento e cinquenta).

2) Exame de 02 idiomas: R\$ 221,00 (duzentos e vinte e um reais).

3) Exame de 03 idiomas: R\$ 222,00 (duzentos e vinte e dois reais).

4) Exame de 04 idiomas: R\$ 223,00 (duzentos e vinte e três reais).

5 – DAS DISPENSAS

5.1 - O candidato portador de título de mestre outorgado por outro programa de pós-graduação, reconhecido pela CAPES, que requerer dispensa da prova de proficiência em idioma estrangeiro e/ou da prova dissertativa, deverá comprovar a dispensa através de cópia autenticada do histórico escolar e do diploma de mestre devidamente registrado.

5.1.1 - Os documentos comprobatórios referentes aos pedidos de dispensas de:

- proficiência em idioma estrangeiro e/ou da prova dissertativa; **(somente para candidato portador de título de mestre outorgado por outro programa de pós-graduação);**

- redução do valor da taxa FUVEST;

- isenção da taxa da FUVEST.

deverão ser entregues, **no mesmo período de inscrição nas áreas de concentração (16 a 23 de fevereiro de 2016)** na Secretaria de Pós-Graduação da FDUSP.

5.2 - Da dispensa de proficiência em idioma estrangeiro: os candidatos poderão ser dispensados da prova de proficiência em idioma estrangeiro nas seguintes hipóteses:

a) **Ter sido aprovado** em idioma estrangeiro realizado em processo seletivo da FDUSP para ingresso no Programa de Pós-Graduação em 2015 ou para ingresso em 2016. A dispensa estará sujeita a verificação e ao deferimento pela Presidente da CPG.

b) Ser candidato ao doutorado: **portador de título de Mestre pela FDUSP ou obtido em outros programas de pós-graduação, reconhecidos pela CAPES na época da obtenção do título;** podendo ser aproveitada uma proficiência nele realizada, desde que tenha sido num dos idiomas estrangeiros elencados no item 8.1 deste Edital.

c) A dispensa estará sujeita a verificação e deferimento pela Presidente da CPG.

5.3 - Da dispensa da prova dissertativa: os candidatos poderão ser dispensados da prova dissertativa nas seguintes hipóteses:

- a) **Ter sido aprovado** em processo seletivo da FDUSP para ingresso no Programa de Pós-Graduação em 2015 ou para ingresso em 2016, na **mesma área de concentração e curso (mestrado, doutorado ou doutorado direto)** da atual inscrição.
- b) Ser candidato ao doutorado: **com mestrado concluído na FDUSP; portador de título de Mestre em Direito obtido em outros programas de pós-graduação, reconhecidos pela CAPES na época da obtenção do título; portador de título de Mestre obtido em outros programas de pós-graduação, reconhecidos pela CAPES na época da obtenção do título** desde que a área de titulação do mestrado **seja afim** à área de concentração pretendida.
- c) A dispensa estará sujeita à verificação e deferimento pela Presidente da CPG.

6 – DA REDUÇÃO DO VALOR DAS TAXAS

Nos termos da Lei Estadual nº 12.782, de 20 de dezembro de 2007, será concedido desconto de 50% (cinquenta por cento) nos valores referidos item 4 do presente Edital aos candidatos que **comprovarem, cumulativamente:**

- a. Ser estudante regularmente matriculado em curso superior, em nível de graduação ou de pós-graduação, mediante apresentação de atestado de matrícula;
- b. Perceber remuneração mensal inferior a dois salários mínimos, mediante apresentação de comprovação de renda, ou estar desempregado, mediante declaração por escrito de tal condição.

7 – DA ÁREA DE DIREITOS HUMANOS

Um terço das vagas disponibilizadas nesta área será direcionado, por um sistema de ponderação, para pessoas:

- a. Pertencentes a etnias negra e indígena;
- b. Portadoras de deficiência física grave;
- c. Que estejam em situação de hipossuficiência socioeconômica.

Os candidatos mencionados no item acima poderão se inscrever através do “formulário de inscrição para vagas direcionadas”, disponível em **http://www.direito.usp.br/pos/arquivos/Form_vagas_direcionadas.pdf**

Os candidatos que se inscreverem nesta área **poderão ter isenção** do pagamento da taxa da FUVEST, devendo atender as orientações contidas nas informações complementares das “**Medidas de Inclusão Social**”, disponível em: **http://www.direito.usp.br/pos/arquivos/folder_medidas_2017.pdf**.

8 – DAS FASES DO PROCESSO SELETIVO

Nos termos da Deliberação FD nº 52/04, da Egrégia Congregação da Faculdade de Direito da USP, o processo seletivo constará de duas fases sucessivas e eliminatórias, para qualquer dos cursos do Programa de Pós-Graduação (mestrado, doutorado e doutorado direto), a saber:

8.1 PRIMEIRA FASE: prova de proficiência em idioma estrangeiro, a ser realizada pela FUVEST:

Os candidatos deverão obter proficiência em um idioma estrangeiro para o curso de mestrado, e em dois idiomas estrangeiros para os cursos de doutorado ou doutorado

direto, com nota mínima de aprovação 7,0, na escala de 0 a 10, a serem escolhidos entre o **francês**, o **inglês**, o **alemão** e o **italiano**.

Os candidatos estrangeiros serão avaliados, também, em proficiência do idioma português, por intermédio da redação da prova dissertativa.

8.2 - SEGUNDA FASE: prova dissertativa a ser realizada pela FDUSP. Para os candidatos dispensados e/ou aprovados na fase anterior.

A prova será de conhecimentos jurídicos na área de concentração escolhida pelo candidato. Serão aplicadas provas diferenciadas para os cursos de Mestrado e de Doutorado. Serão considerados aprovados nesta prova os candidatos que obtiverem nota mínima 7,0, na escala de 0 a 10, na correção feita por docente da FDUSP, designado pela CPG. A prova que for avaliada com nota inferior a 7,0 e igual ou superior a 5,0 será automaticamente submetida à reavaliação por outro docente examinador da FDUSP, também designado pela CPG, o qual declarará como aprovado ou reprovado o candidato.

- a) A prova dissertativa será realizada na data prevista no calendário acima, (item 2 deste Edital), no horário das 14h00 às 17h00. Os candidatos deverão ingressar nas salas, locais das provas, **pelo menos até as 13h45**. Após esse horário (13h45), **não será permitido** o ingresso dos candidatos nos locais das provas.
- b) Os candidatos deverão estar munidos de documento de identidade com foto e **caneta esferográfica de tinta azul**. Não será permitido qualquer tipo de consulta.
- c) No início da prova será sorteado um ponto dentre os constantes na relação do **item 12** deste Edital.
- d) Nas áreas de concentração em que houver subáreas, o candidato escolherá o ponto sorteado da subárea que desejar, não podendo em hipótese alguma responder a mais de uma questão.
- e) **Somente serão corrigidas as provas de candidatos dispensados/aprovados na 1ª fase deste Processo Seletivo (Proficiência em idiomas estrangeiros).**

8.3 – SELEÇÃO PELO ORIENTADOR, A seleção pelo Orientador será realizada no âmbito da FDUSP. A **primeira seleção pelo orientador** ocorrerá no período previsto no calendário acima, e, nos termos do art. 10, da Deliberação FD nº52/2004, essa fase é composta de:

- a) Análise de projeto de pesquisa e *currículo lattes*;
- b) e, facultativamente, entrevista;
- c) e/ou prova específica.

8.3.1 - Os candidatos deverão indicar o orientador pretendido, dentro da área de concentração escolhida, e entregar na Secretaria de Pós-Graduação, **no período previsto no calendário acima**, os seguintes documentos:

- a) Duas vias da ficha de seleção com o orientador, sendo uma via para a capa da encadernação e uma via avulsa para protocolo, disponível em **http://www.direito.usp.br/pos/arquivos/ficha_selecao_orientador_2017.pdf**
- b) Projeto de pesquisa, de acordo com a linha de pesquisa do orientador pretendido, contendo: o tema a ser desenvolvido e suas limitações; justificativa da escolha e sua importância; as principais questões a serem analisadas; bibliografia; e, no caso de doutorado, a contribuição original à ciência jurídica brasileira. **Obs.: O projeto de pesquisa deverá ser entregue com uma via**

impressa encadernada, tamanho A4, capa transparente com fundo preto e uma via em CD, gravada em PDF, identificada e afixada na última página do impresso. A formatação deve seguir o padrão ABNT: fonte Times New Roman, tamanho 12, espaçamento entre linha 1,5, margens de 3 centímetros. As referências e citações também devem seguir o padrão ABNT.

c) Currículo Lattes impresso (lattes.cnpq.br) e encadernado na sequência do projeto de pesquisa. **Não será aceito currículo fora deste formato.**

d) Os documentos (Projeto de pesquisa e CD) deverão estar identificados contendo o nome do candidato, nome do Orientador pretendido e área de concentração.

e) A entrega poderá ser efetuada por via postal, desde que a documentação seja recebida **até 31 de agosto de 2016**. Enviar com Aviso de Recebimento (AR) e identificar o malote com a informação: “**À Secretaria de Pós-graduação FDUSP – Processo Seletivo 2017**”. Obs.: Não serão aceitos documentos fora dos formatos estipulados acima.

9 – DA SEGUNDA SELEÇÃO PELO ORIENTADOR

a) Havendo vagas decorrentes da primeira seleção com o orientador, os candidatos não aceitos poderão ser convocados através do Edital **FD/PÓS/SEL. n° 05/2016** para a segunda seleção que ocorrerá no período previsto no calendário acima.

As especificidades da segunda seleção pelo orientador serão divulgadas através do **Comunicado FD/PÓS/SEL. n° 04/2016**.

10 – DA MATRÍCULA INICIAL

10.1 Os candidatos selecionados deverão realizar a matrícula nos prazos fixados pela CPG e divulgados pela Secretaria de Pós-Graduação e entregar pessoalmente, por terceiros ou via postal, no ato da matrícula, os seguintes documentos:

- a. Duas vias do Formulário de Matrícula de Aluno Ingressante (Disponível em <http://www.direito.usp.br/pos/arquivos/ingressante.pdf>), sendo uma via para protocolo.
- b. Cópia autenticada do diploma de bacharel devidamente registrado, histórico escolar completo ou certificado com a data de conclusão do curso de graduação, contendo a data em que foi efetuado a colação de grau, obtido em curso oficialmente reconhecido.
- c. Cópia autenticada do diploma de Mestre, no caso de matrícula no Doutorado, com comprovante de credenciamento do curso de Mestrado junto à CAPES (somente para os candidatos **com mestrado concluído em outros programas de pós-graduação reconhecidos pela CAPES**).
- d. Cópia simples do RG (não será aceito CNH ou OAB);
- e. Cópia simples do CPF ou extrato emitido pelo site da Receita Federal (quando o número não constar do RG);
- f. Cópia simples do RNE e/ou Passaporte (para candidato estrangeiro);
- g. Cópia simples do Título de Eleitor ou certidão de quitação eleitoral;

- h. Cópia simples do documento de quitação com o Serviço Militar (para candidato brasileiro do sexo masculino);
- i. Cópia simples da Certidão de Nascimento ou Casamento;

11 – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

- 11.1 Todos os atos junto à Secretaria de Pós-Graduação (localizada no Largo São Francisco, 95 – 3º andar do Prédio Anexo) deverão ser praticados no horário das **10h às 15h**.
- 11.2 **Não haverá revisão das provas.**
- 11.3 Não poderão ser preenchidas vagas que não tenham sido previamente aprovadas pela Comissão de Pós-Graduação.
- 11.4 Os candidatos não poderão mudar, no decorrer do processo seletivo, de área de concentração, de nível ou de orientador, ressalvada, quanto a este último, a possibilidade de processo seletivo conjunto entre docentes, conforme o previsto no Art. 11 e parágrafo único da Deliberação FD nº 52/2004, ou nos termos da Deliberação FD/CPG/SEL. nº 01/2010.
- 11.5 **Os candidatos selecionados que já ingressaram em algum Programa de Pós-Graduação em qualquer Unidade da USP e dele foram desligados deverão atender, também, o previsto no Art. 53 do Regimento de Pós-Graduação da Universidade de São Paulo. Além dos documentos exigidos para matrícula inicial (Item 10), deverão juntar Requerimento de Nova Matrícula à Comissão de Pós-graduação (CPG).**
- 11.6 A matrícula será isenta do pagamento de taxas.
- 11.7 Os casos omissos serão resolvidos pela Presidente da CPG.

12 - DOS PONTOS DA PROVA DISSERTATIVA

12.1 - Área de concentração: **DIREITO CIVIL - (2131)**

12.1.1 - Subárea: **Direito Civil**

PONTOS PARA A PROVA DO CURSO DE MESTRADO

- 1. Negócio jurídico. Existência, validade e eficácia. As circunstâncias negociais.
- 2. Conversão substancial do negócio jurídico.
- 3. O direito geral de personalidade e sua aplicabilidade no ordenamento jurídico brasileiro.
- 4. Evolução da responsabilidade civil. Da culpa ao risco. Novos paradigmas do instituto.
- 5. Caso fortuito e força maior como excludentes da responsabilidade civil. Pressupostos e hipóteses de aplicação.
- 6. O Direito dos contratos e seus princípios fundamentais.
- 7. Boa-fé objetiva. Caracterização e funções.

8. A propriedade como relação jurídica complexa. Caracterização e análise da função social da propriedade.
9. O uso anormal da propriedade nos conflitos de vizinhança. Caracterização e requisitos
10. Autoridade parental. Evolução conceitual e novos paradigmas.
Subárea: **Direito Civil**

PONTOS PARA A PROVA DO CURSO DE DOUTORADO

1. Interpretação e integração dos negócios jurídicos.
2. Os direitos da personalidade. Limitações voluntárias e legais. Possíveis reflexos patrimoniais e negócios jurídicos a seu respeito.
3. Direito ao próprio corpo, vivo e morto.
4. Os vícios do consentimento e a superação do dogma da vontade na disciplina do negócio jurídico.
5. A relação jurídica obrigacional complexa e a renovada compreensão das formas de inadimplemento.
6. Os contratos existenciais e não existenciais e o reflexo da distinção na matéria dos chamados novos princípios contratuais.
7. A dissolução e a revisão dos contratos.
8. As novas formas de manifestação do dano na responsabilidade civil.
9. A propriedade com função de garantia. Uma hipótese de “desfuncionalização” lícita. A alienação fiduciária em garantia, de bens móveis e imóveis.
10. O condomínio edilício. Conceito e características. Direitos e deveres dos condôminos. Sanções ao condômino nocivo. Possibilidade de expulsão?

12.1.2 Subárea: **Direito Romano**

PONTOS PARA A PROVA DO CURSO DE MESTRADO

1. A compilação justinianeia.
2. A cidadania no direito privado romano.
3. Modos derivados de aquisição da propriedade em Roma.
4. As garantias reais no direito romano.
5. Fontes das obrigações no direito romano.
6. A compra e venda no direito romano.

7. A responsabilidade contratual no direito romano.
8. Matrimônio e “conventio in manum”.
9. A condição jurídica das mulheres em Roma.
10. A condição como elemento do negócio jurídico em Roma.

Subárea: **Direito Romano**

PONTOS PARA A PROVA DO CURSO DE DOUTORADO

1. “Ius controversum” na jurisprudência clássica.
2. A “bona fides” nos juristas romanos.
3. O sistema romano dos contratos.
4. Formas de proteção da propriedade em Roma.
5. Interpretação do negócio jurídico em Roma.
6. Fontes do direito romano no período pós-clássico.
7. As pessoas jurídicas no direito romano.
8. A representação no direito romano.
9. Os contratos inominados no direito romano.
10. O regime jurídico da “patria potestas”.

Bibliografia Sugerida:

- Brutti, Massimo, *Il diritto privato nell'antica Roma*, 2ª ed., Torino, Giappichelli, 2011.
- Buckland, William Warwick - Stein, Peter, *A text-book of roman law from Augustus to Justinian*, 3ª ed., Cambridge, Cambridge, 1975.
- Corbino, Alessandro, *Diritto privato romano - contesti, fondamenti, discipline*, 3ª ed., Padova, CEDAM, 2014.
- D'Ors, Alvaro, *Derecho privado romano*, 10ª ed., Pamplona, Eunsa, 2004.
- Jörs, Paul *et al.*, *Römisches Recht*, 4ª ed., Berlin, Springer, 1987.
- Kaser, Max, *Das römische Privatrecht I (das altrömische, das vorklassische und klassische Recht)*, 2ª ed., München, Beck, 1971.

- Kaser, Max, *Das römische Privatrecht II (die nachklassischen Entwicklugen)*, 2ª ed., München, Beck, 1975.
- Marrone, Matteo, *Istituzioni di diritto romano*, 3ª ed., Palermo, Palumbo, 2006.
- Moreira Alves, José Carlos, *Direito Romano*, 14ª ed., Rio de Janeiro, Forense, 2010.
- Santos Justo, Antonio dos, *Direito privado romano I a V*, Coimbra, Coimbra, 2000-2009.
- Schulz, Fritz, *Classical roman law*, Oxford, Oxford, 1951.
- Talamanca, Mario, *Istituzioni di diritto romano*, Milano, Giuffrè, 1990.
- Watson, Alan, *The law of persons in the later roman Republic*, Oxford, Oxford, 1967.
- Watson, Alan, *The law of property in the later roman Republic*, Oxford, Oxford, 1968.
- Watson, Alan, *The law of obligations in the later roman Republic*, Oxford, Oxford, 1965.
- Zimmermann, Reinhard, *The law of obligations - roman foundations of the civilian tradition*, Oxford, Oxford, 1996.

12.1.3 Subárea: **História do Direito**

PONTOS PARA A PROVA DO CURSO DE MESTRADO

1. A jurisprudência como fonte de produção do Direito em Roma.
2. As fontes do direito germânico: *leges barbarorum e lex romana barbarorum*.
3. Fontes do Direito Canônico.
4. As Universidades Medievais e o *ius commune*: Glosadores e Comentadores.
5. A codificação civil europeia entre 1804 a 1900.
6. As Ordenações do Reino de Portugal: Afonsinas, Manuelinas e Filipinas.
7. Organização judiciária no Brasil colônia.
8. O sistema processual romano da “Ordem dos Juízos Privados”: características, tipos de processo, importância para o direito romano clássico.
9. A Lei de Terras de 1850.
10. As fontes do direito brasileiro no período Colonial.

Subárea: **História do Direito**

PONTOS PARA A PROVA DE DO CURSO DOUTORADO

1. O conceito de equidade no mundo antigo: Grécia e Roma.
2. O direito visigótico: fontes, características e importância na península Ibérica.

3. A Ciência Jurídica Medieval e a formação do *ius commune*: o *mos italicus* e o *mos gallicus*.
4. A formação histórica do *Common Law*: os Tribunais Reais de Westminster e o Tribunal da Chancelaria.
5. A escola “prussiana”: Pufendorf, Thomasius e Wolff.
6. As fontes do direito português pré-ordenações: período da reconquista Cristã e independência de Portugal do Reino de Leão.
7. A “Lei da Boa Razão” e a reforma dos “Estatutos da Universidade de Coimbra”: importância e modificações introduzidas no direito português.
8. Os esponsais no direito luso-brasileiro.
9. O Direito Criminal no Brasil Império.
10. O processo de codificação do direito civil brasileiro e a importância da obra de Teixeira de Freitas.

12.2 Área de concentração **DIREITO COMERCIAL – (2132)**

PONTOS PARA A PROVA DO CURSO DE MESTRADO

1. A recodificação do Direito Comercial no século XXI
2. A autonomia dos credores para deliberação sobre alienação de bens do devedor na recuperação judicial
3. O papel do capital social como garantia dos credores no século XXI
4. Responsabilidade dos quotistas por dívidas do fundo de investimento
5. Responsabilidade por violações da zona de exclusividade nos contratos de distribuição
6. Proteção aos minoritários em sociedades de economia mista listadas em bolsa
7. O conceito de instituição financeira para fins regulatórios
8. Proteção das criações intelectuais biotecnológicas pelo sistema da propriedade intelectual
9. As atuais funções jurídico-econômico-sociais dos protestos por falta de pagamento
10. Criações incrementais e respectiva proteção pelos direitos intelectuais

PONTOS PARA A PROVA DO CURSO DE DOUTORADO

1. Os vértices do sistema de direito empresarial: livre iniciativa, segurança e previsibilidade, força uniformizadora dos usos comerciais, boa fé objetiva, proteção da legítima expectativa, confiança, oportunismo, risco, racionalidade econômica e racionalidade jurídica, custos, propriedade dinâmica (DCO0215)*
2. Negócios sobre controle acionário (DCO0315)*
3. A cartularidade no mundo moderno: os títulos incorpóreos e os documentos virtuais (DCO0317)*
4. Formação dos contratos. Contrato preliminar. Responsabilidade das partes na ruptura das negociações (DCO0317)*
5. As questões centrais da governança corporativa: conflitos e custos de agência, assimetria de informações, estrutura de poder (DCO0318)*
6. Direito societário às avessas – institucionalismo e análise estruturalista do interesse social (DCO0319)*
7. Os ADRs (DCO0411)*
8. Seguro e fundamento estatístico – cálculo atuarial – números aleatórios (lei dos grandes números)(DCO0483)*
9. A ineficácia e a revogação dos atos praticados antes da falência (DCO0512)*
10. Risco sistêmico. Intervenção RAET/Liquidação extrajudicial. Acordo da Basileia e limites de risco. Responsabilidade dos administradores de instituições financeiras. (DCO0550)*

* Códigos das disciplinas – Catálogo do Curso de Graduação da FDUSP

12.3 Área de concentração **DIREITO ECONÔMICO, FINANCEIRO E TRIBUTÁRIO – (2133)**

12.3.1 Subárea: **Direito Econômico e Economia Política**

PONTOS PARA A PROVA DO CURSO DE MESTRADO

1. A Formação do Capitalismo: A Acumulação Primitiva de Capital. A Economia de Mercado e a Disseminação da Apropriação Mercantil do Excedente.
2. Caio Prado Jr e o Sentido da Colonização.
3. Epistemologia, Conceitos e Teorias do Direito Econômico como Ramo e como Método.

4. Direito Econômico e Macroeconomia: A Organização Jurídico-Política da Apropriação do Excedente.
5. Constituição Dirigente, Constituição Econômica e Ordem Econômica. Constituição Econômica e Democracia de Massas. A Incorporação do Conflito no Texto Constitucional.
6. As Empresas Estatais. Empresa Pública e Sociedade de Economia Mista. A Empresa Estatal como Instrumento de Atuação do Estado no Domínio Econômico.
7. A Redução das Desigualdades Regionais e Sociais. Desenvolvimento e Planejamento Regional. Desenvolvimento Regional e Federalismo Cooperativo.
8. O Monopólio Estatal do Petróleo. Petróleo e Soberania Econômica.
9. Direito da Concorrência e Mercados Regulados. Conflitos de Competência e Limites da Atuação dos Órgãos de Defesa da Concorrência.
10. A Reforma Agrária.

PONTOS PARA A PROVA DO CURSO DE DOUTORADO

1. A Formação do Capitalismo: A Acumulação Primitiva de Capital. A Economia de Mercado e a Disseminação da Apropriação Mercantil do Excedente.
2. Caio Prado Jr e o Sentido da Colonização.
3. Epistemologia, Conceitos e Teorias do Direito Econômico como Ramo e como Método.
4. Direito Econômico e Macroeconomia: A Organização Jurídico-Política da Apropriação do Excedente.
5. Constituição Dirigente, Constituição Econômica e Ordem Econômica. Constituição Econômica e Democracia de Massas. A Incorporação do Conflito no Texto Constitucional.
6. As Empresas Estatais. Empresa Pública e Sociedade de Economia Mista. A Empresa Estatal como Instrumento de Atuação do Estado no Domínio Econômico.
7. A Redução das Desigualdades Regionais e Sociais. Desenvolvimento e Planejamento Regional. Desenvolvimento Regional e Federalismo Cooperativo.
8. O Monopólio Estatal do Petróleo. Petróleo e Soberania Econômica.
9. Direito da Concorrência e Mercados Regulados. Conflitos de Competência e Limites da Atuação dos Órgãos de Defesa da Concorrência.
10. A Reforma Agrária.

12.3.2 Subárea: **Direito Financeiro**

PONTOS PARA A PROVA DOS CURSOS DE MESTRADO E DOUTORADO

1. Sistema de Direito Financeiro. Definição, autonomia, metodologia e objeto do Direito Financeiro. A atividade financeira do Estado. Princípios do Direito Financeiro. A constitucionalização do Direito Financeiro - do estado patrimonial ao estado fiscal.

2. A Constituição financeira e as fontes do Direito Financeiro. Evolução do Direito Financeiro. O papel das leis complementares em matéria financeira. Normas gerais de Direito Financeiro. Modalidades, funções e limites. Outras fontes de normas de Direito Financeiro. A teoria dos sistemas no Direito Financeiro.

3. Receitas Públicas. Conceito. Classificações das receitas. Receita tributária: impostos, taxas e contribuições. Receitas não tributárias. Receitas patrimoniais e preços públicos. Os *Royalties* e compensações financeiras. Fiscalidade e parafiscalidade.

4. Federalismo fiscal e pacto federativo. Evolução do federalismo fiscal brasileiro. As competências financeiras no federalismo cooperativo. Repartição do produto da arrecadação: as transferências intergovernamentais. A redução das desigualdades regionais.

5. Orçamento público. Conceito, natureza jurídica e funções. Regime constitucional do orçamento público. Princípios orçamentários. O planejamento público nas leis orçamentárias. Orçamento participativo. Efeitos e aplicação das leis orçamentárias.

6. Despesas ou gastos públicos. Constituição e limite dos gastos públicos. Democracia e decisão política nas escolhas públicas. Conceito, características, princípios e classificações. A descentralização administrativa e financeira. O ordenador de despesas e procedimentos para realização das despesas. Eficiência e qualidade do gasto público. A harmonia entre os poderes

7. Fundos financeiros. Transferências de recursos: Fundos Públicos Financeiros. Tipos de Fundos. Fundo de Participação dos Estados - FPE e Fundo de Participação dos Municípios - FPM. Outros fundos constitucionais. Fundos especiais.

8. Direito Financeiro e direitos humanos. Planejamento e políticas públicas. Financiamento de direitos sociais e dignidade da pessoa humana. Vinculação de receitas e gastos obrigatórios. Decisão judicial e políticas públicas. Ativismo judicial. Teoria e crítica da teoria da reserva do possível.

9. Crédito Público e Dívida pública. Conceito de endividamento público. Operações de crédito: natureza jurídica, conceitos e classificações. Empréstimos e títulos da dívida. Dívida interna e dívida externa. Dívida pública e federalismo. Os limites do endividamento. Conceitos de equilíbrio e de sustentabilidade na Lei de responsabilidade fiscal.

10. Fiscalização financeira e orçamentária. Tipos de controle. Controle interno. Controle externo. Legalidade, legitimidade, eficiência, economicidade e moralidade no gasto público. O princípio da transparência fiscal. Prestações de contas.

Bibliografia sugerida:

ATALIBA, Geraldo. *Empréstimos públicos e seu regime jurídico*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1973.

BERCOVICI, Gilberto. *Desigualdades regionais, Estado e Constituição*. SP: Max Limonad, 2003.

- BERCOVICI, Gilberto; MASSONETTO, Luís Fernando. A Constituição Dirigente Invertida: a Blindagem da Constituição Financeira e a Agonia da Constituição Econômica. *Boletim de Ciências Econômicas*, Coimbra: Ed. Coimbra, p. 57-77, 2006.
- BORGES, José Souto Maior. *Introdução ao direito financeiro*. 2. ed. São Paulo: Max Limonad, 1998.
- CANOTILHO, J. J. Gomes; MENDES, Gilmar Ferreira; SARLET, Ingo Wolfgang; STRECK, Lenio Luiz (Coord.). *Comentários à Constituição do Brasil*. São Paulo: Saraiva – Almedina, 2014 (Comentários aos títulos e artigos de Direito Financeiro).
- COMPARATO, Fábio Konder. Ensaio sobre o juízo de constitucionalidade de políticas públicas. *Interesse público*, Belo Horizonte: Fórum, v. 4, n. 16, p. 49-63, 2002.
- CONTI, J. Mauricio; SCAFF, Fernando F. (coords.). *Orçamentos públicos e direito financeiro*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2011.
- CONTI, José Mauricio. *Federalismo Fiscal e Fundos de Participação*. São Paulo: Juarez de Oliveira, 2001.
- COSTA, Pietro. O Estado de direito: uma introdução histórica. In: COSTA, Pietro; ZOLO, Danilo (Org.). *O estado de direito: história, teoria, crítica*. Trad. Carlo Alberto Dastoli. São Paulo: Martins Fontes, 2006. p. 95-198.
- DALLARI, Adilson Abreu. Orçamento impositivo. In: CONTI, José Maurício; SCAFF, Fernando Facury (Org.). *Orçamentos públicos e direito financeiro*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2011. p. 309-327.
- DÓRIA, Antônio Roberto Sampaio. *Direito constitucional tributário e “due process of law”*. Rio de Janeiro: Forense, 1986.
- HORTA, Raul Machado. Problemas do federalismo brasileiro. *Revista Forense*, Rio de Janeiro: Forense, v. 100, p. 381-402, 2006.
- FERREIRO LAPATZA, José Juan. *Curso de derecho financiero español*. 25ª ed. Madrid: Marcial Pons, 2006, 598 p.
- HOLMES, Stephen; SUNSTEIN, Cass R. *The cost of rights: why liberty depends on taxes*. New York: W. W. Norton, 1999.
- HORVATH, Estevão. Ética, Tributação e Gasto Público: que fazer para resgatar os laços da cidadania fiscal?. In: Eurico Marcos Diniz de Santi. (Org.). *Tributação e Desenvolvimento - Homenagem ao Prof. Aires Barreto*. São Paulo: Quartier Latin, 2011, p. 179-192.
- HORVATH, Estevão. Orçamento Público e Planejamento. In: MELLO, Celso Antônio Bandeira de. (Org.). *Estudos em homenagem a Geraldo Ataliba*. São Paulo: Malheiros editores, 1997.
- LEWANDOWSKI, Enrique Ricardo. *Pressupostos materiais e formais da intervenção federal no Brasil*, São Paulo: Revista dos Tribunais, 1994.

MURPHY, Liam; NAGEL, Thomas. *The myth of ownership: Taxes and Justice*. New York: Oxford University Press. 2002.

OLIVEIRA, Régis Fernandes de. *Curso de Direito Financeiro*. 6ª ed. SP: RT, 2014.

OLIVEIRA, Régis Fernandes de. Regime constitucional do direito financeiro. In: TORRES, Heleno Taveira (Coord.). *Tratado de direito constitucional tributário: estudos em homenagem a Paulo de Barros Carvalho*. São Paulo: Saraiva, 2005. p. 467-496.

OLIVEIRA, Régis Fernandes de. *Responsabilidade fiscal*. 2. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2002.

SOUSA, Rubens Gomes de. Normas Gerais de Direito Financeiro. *Revista de Direito Administrativo*, Rio de Janeiro: Fundação Getulio Vargas, v. 37, p. 12-34, 1954.

SCAFF, Fernando Facury. *Royalties do petróleo, minério e energia – Aspectos constitucionais, financeiros e tributários*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2014.

SCAFF, Fernando F.; CONTI, J. Mauricio. *Lei de Responsabilidade Fiscal*. 10 anos de vigência – questões atuais. Florianópolis: Conceito Editorial, 2010.

SCAFF, Fernando Facury. Normas gerais de direito financeiro. In: MARTINS, Ives Gandra da Silva; MENDES, Gilmar Ferreira; NASCIMENTO, Carlos Valder do (Coord.). *Tratado de direito financeiro*. São Paulo: Saraiva, 2013. p. 30-44.

SCAFF, Fernando Facury. *Crédito Público e sustentabilidade financeira*. Revista Direito à Sustentabilidade. Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Campus Foz do Iguaçu. Centro de Ciências Sociais aplicadas, v. 01, n.1. For do Iguaçu: Triunfal Gráfica e Editora, 2014.p. 34-47.

SILVA, José Afonso da. *Orçamento-programa no Brasil*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1972.

SIQUEIRA NETO, José Francisco. Neoconstitucionalismo e ativismo judicial: desafios à democracia brasileira. In: DE LUCCA, Newton; MEYER-PFLUG, Samantha Ribeiro; NEVES, Mariana Barboza Baeta. *Direito constitucional con-temporâneo: homenagem ao Professor Michel Temer*. São Paulo: LTr, 2012. p. 201-210.

12.3.3 Subárea: **Direito Tributário**

PONTOS PARA A PROVA DO CURSO DE MESTRADO

1. Conceito de tributo
2. Espécies tributárias
3. Contribuições no direito tributário
4. Legalidade tributária: origens e seus desdobramentos. A legalidade na Constituição Federal
5. Isonomia, capacidade contributiva e extrafiscalidade
6. Competência tributária

7. Imunidades tributárias
8. O “fato gerador” em matéria tributária
9. A obrigação tributária e o crédito tributário
10. Extinção do crédito tributário

PONTOS PARA A PROVA DO CURSO DE DOUTORADO

1. Conceito de tributo
2. Espécies tributárias
3. Contribuições no direito tributário
4. Legalidade tributária: origens e seus desdobramentos. A legalidade na Constituição Federal
5. Isonomia, capacidade contributiva e extrafiscalidade
6. Competência tributária
7. Imunidades tributárias
8. O “fato gerador” em matéria tributária
9. A obrigação tributária e o crédito tributário
10. Extinção do crédito tributário

12.3.4 Subárea: **Direito Ambiental**

PONTOS PARA A PROVA DO CURSO DE MESTRADO

1. O problema ambiental e sua abordagem econômica.
2. O problema ambiental e sua abordagem ética
3. Políticas públicas e direito ambiental
4. Mecanismos de controle da poluição
5. O meio ambiente na Constituição Federal
6. Danos ambientais. Reparação e compensação
7. A política Nacional de Resíduos Sólidos
8. Meio ambiente e direito urbanístico
9. O Código Florestal.
10. O Sistema Nacional do Meio Ambiente (SISNAMA)

PONTOS PARA A PROVA DO CURSO DE DOUTORADO

1. O problema ambiental e sua abordagem econômica.
2. O problema ambiental e sua abordagem ética
3. Políticas públicas e direito ambiental
4. Mecanismos de controle da poluição
5. O meio ambiente na Constituição Federal.
6. Danos ambientais. Reparação e compensação
7. A política Nacional de Resíduos Sólidos
8. Meio ambiente e direito urbanístico

9. O Código Florestal
10. O Sistema Nacional do Meio Ambiente (SISNAMA)

12.4 Área de concentração **DIREITO DO ESTADO – (2134)**

12.4.1 Subárea: **Teoria Geral do Estado**

PONTOS PARA A PROVA DO CURSO DE MESTRADO

1. Formas de Governo
2. O Estado no início do século XXI. Características.
3. Soberania e Direitos Humanos
4. O Estado Democrático de Direito
5. Estado e Direito
6. Intervenção do Estado na Sociedade
7. O Estado na Ordem Internacional
8. Atualização do Estado
9. Formas de Estado
10. Conceito de Estado

Subárea: **Teoria Geral do Estado**

PONTOS PARA A PROVA DO CURSO DE DOUTORADO

1. Sistemas Eleitorais e Sistemas Partidários
2. Democracia direta e semidireta
3. Democracia Representativa
4. Representação Política
5. Teoria da Divisão do Poder
6. O Estado e os Grupos Sociais
7. Ideia Atual de Estado Democrático
8. O Estado Federal
9. Povo
10. Território

12.4.2 Subárea: **Direito Constitucional**

PONTOS PARA A PROVA DO CURSO DE MESTRADO

1. Sistemas de Governo: Parlamentarismo e Presidencialismo
2. O processo legislativo

3. Direitos sociais e direitos dos trabalhadores
4. Restrições a direitos fundamentais: razoabilidade e proporcionalidade
5. Tratados internacionais sobre direitos humanos e a ordem constitucional interna
6. O controle incidental e o controle abstrato de normas
7. O controle abstrato em nível estadual
8. Os efeitos objetivos e subjetivos das decisões de controle
9. A forma de Estado: Federalismo e repartição de competências
10. O estatuto dos Deputados Estaduais

Subárea: **Direito Constitucional**

PONTOS PARA A PROVA DO CURSO DE DOUTORADO

1. A teoria do Poder Constituinte.
2. A eficácia das normas constitucionais.
3. O controle de constitucionalidade e seu impacto no sistema jurídico.
4. A constituição econômica: A atuação do Estado no domínio econômico e seus limites.
5. A ordem social: controle jurisdicional de políticas públicas.
6. Técnicas de decisão: As decisões interpretativas.
7. Perspectivas de evolução do sistema brasileiro de controle de constitucionalidade.
8. Titulares dos direitos fundamentais: O debate sobre a titularidade das pessoas jurídicas.
9. Normas de direitos fundamentais e suas espécies.
10. Tratados internacionais sobre direitos humanos e a ordem constitucional Interna.

BIBLIOGRAFIA SUGERIDA – ÁREA DE DIREITO CONSTITUCIONAL

ALMEIDA, Fernanda Dias Menezes de. *Competências na Constituição de 1988*, 5a. edição, São Paulo: Atlas, 2010.

AMARAL JÚNIOR, José Levi Mello do. *Medida provisória: edição e conversão em lei, teoria e prática*, 2a. edição, São Paulo: Saraiva, 2012.

CAGGIANO, Monica Herman Salem. *Direito parlamentar e direito eleitoral*, Barueri: Manole, 2004.

FERRAZ, Anna Cândida da Cunha. *Processos informais de mudança da Constituição*, São Paulo: Max Limonad, 1986.

FERREIRA FILHO, Manoel Gonçalves, *Do processo legislativo*, 7a. edição. São Paulo: Saraiva, 2012.

LEAL, Roger Stiefelmann. *O efeito vinculante na jurisdição constitucional*, São Paulo: Saraiva, 2006.

LEWANDOWSKI, Enrique Ricardo. *Pressupostos materiais e formais da Intervenção federal no Brasil*, São Paulo: RT, 1994.

_____. *Globalização, Regionalização e Soberania*. São Paulo: Juarez de Oliveira, 2004.

_____. *Direito Comunitário e Jurisdição Supranacional: o papel do juiz no processo de integração regional* (coord). São Paulo: Juarez de Oliveira, 2000.

LOEWENSTEIN, Karl. *Teoría de la Constitución*, Barcelona: Ariel, 1986.

MADISON, James, HAMILTON, Alexander, JAY, John. *Os artigos federalistas (1787-1788)*. Edição Integral. Nova Fronteira.

MORAES, Alexandre de. *Jurisdição constitucional e tribunais constitucionais*, 3a. edição. São Paulo: Atlas, 2013.

_____. *Presidencialismo*, 2ª ed. São Paulo: Atlas, 2013.

_____. *Constituição do Brasil interpretada e legislação constitucional*. 9 ed. São Paulo: Atlas, 2013.

RAMOS, Elival da Silva. *Controle de constitucionalidade no Brasil: perspectivas de evolução*, São Paulo: Saraiva, 2010.

SILVA, José Afonso. *Aplicabilidade das normas constitucionais*, 7a. edição, São Paulo: Malheiros, 2007.

SILVA, Virgílio Afonso da. *Direitos fundamentais: conteúdo essencial, restrições e eficácia*, 2a. edição, São Paulo: Malheiros, 2010.

TOCQUEVILLE, Alexis de. *A democracia na América*, São Paulo: Itatiaia, 1987.

12.4.3 Subárea: **Direito Administrativo**

PONTOS PARA A PROVA DO CURSO DE MESTRADO

1. Direito administrativo nos sistemas romanístico e anglo-americano.
2. Controle jurisdicional da Administração Pública.
3. Agências reguladoras e poder regulamentar.
4. Contratos administrativos e consensualidade na Administração.
5. Poder de polícia e garantias do administrado (cidadão, empresas, organizações).
6. Responsabilidade civil do estado.
7. Parcerias público-privadas: hipóteses, regime jurídico e fundamentos legais e constitucionais.
8. Instrumentos jurídicos da atividade empresarial do Estado (estatais, empresas com participações do Estado, consórcios e parcerias institucionais).
9. Processo Administrativo e participação do administrado (cidadão, empresas, organizações).
10. Bens públicos e sua exploração econômica.

PONTOS PARA A PROVA DO CURSO DE DOUTORADO

Subárea: **Direito Administrativo**

1. A influência dos sistemas romanístico e anglo-americano sobre o direito administrativo brasileiro.
2. Tendências contemporâneas do controle jurisdicional da Administração Pública no Brasil.
3. Regulação econômica: contornos constitucionais e avaliação crítica do modelo nacional.
4. Novas fórmulas de contratação e a evolução da administração pública.
5. Poder de polícia: análise crítica do conceito, delegabilidade e exercício por pessoas jurídicas ditas de direito privado.
6. Responsabilidade civil do estado por atos materialmente legislativos e jurisdicionais.
7. Parcerias público-privadas: um novo sentido para concessão?; um bom modelo para o desenvolvimento nacional?
8. Parâmetros constitucionais para a atividade empresarial do Estado no Brasil: modelos possíveis e tendências contemporâneas.
9. Processo administrativo: superação da tradicional abordagem teórica fundamentada na noção de ato administrativo?
10. Bens públicos: da abordagem tradicional dos usos ao regime jurídico das utilidades públicas.

12.5 Área de concentração **DIREITO INTERNACIONAL – (2135)**

12.5.1 Subárea: **Direito Internacional Público**

PONTOS PARA A PROVA DO CURSO DE MESTRADO

1. Perspectivas da evolução do direito internacional no século XXI e seus novos desafios
2. Visão de conjunto da evolução do direito internacional e reconhecimento de novos sujeitos
3. Fundamento do direito internacional e papel das normas cogentes (jus cogens)
4. Costume, tratado, princípios, jurisprudência, doutrina, equidade, atos emanados das organizações internacionais e atos unilaterais dos estados como fontes do direito internacional
5. Avanços e limites da codificação do direito internacional
6. Direitos humanos e a consolidação da proteção internacional dos direitos fundamentais
7. Proteção internacional das minorias
8. Proteção diplomática e consular: regime legal e evolução
9. Evolução do território no direito internacional pós-moderno: regimes legais e áreas de patrimonio comum da humanidade

10. Evolução do direito internacional ambiental, processo decisório e instituições específicas

Subárea: **Direito Internacional Público**

PONTOS PARA A PROVA DO CURSO DE DOUTORADO

1. Restrições aos direitos fundamentais dos estados
2. Sucessão de estado no direito internacional pós-moderno, entre universalidade e *tabula rasa*
3. Direito do estado ao exercício da jurisdição e suas limitações
4. Regime legal dos navios e aeronaves no direito internacional
5. Espaços internacionais: alto mar, fundos oceânicos, domínios polares e espaço ultraterrestre
6. Meios diplomáticos e jurídicos de solução pacífica de controvérsias: enumere e conceitue
7. Soluções coercitivas de controvérsias: retorsão, represálias, embargo, ruptura de relações
8. Pode haver legitimidade da guerra no direito internacional? papel do art. 51 da Carta da ONU
9. Direito internacional entre universalismo e regionalismo, e mecanismos de implementação
10. Proteção internacional do ser humano e situação no Brasil

Bibliografia básica:

ACCIOLY – NASCIMENTO E SILVA – CASELLA. **Direito internacional público**. São Paulo: Saraiva, 22a. ed., 2016.

12.5.2 Subárea: **Direito Internacional Privado**

PONTOS PARA A PROVA DO CURSO DE MESTRADO

1. A exceção de ordem pública internacional
2. Fontes do direito internacional privado
3. Fundamento e natureza jurídica do direito internacional privado. O direito internacional privado e as disciplinas afins
4. Lei aplicável à guarda de filhos
5. Lei aplicável às obrigações decorrentes de atos ilícitos: a responsabilidade civil

6. Lei aplicável às relações familiares: a possibilidade de múltiplas nacionalidades e/ou múltiplos domicílios
7. Litispendência internacional
8. Noção e objeto do direito internacional privado
9. O problema da qualificação. Conflito de qualificação.
10. O reenvio

Bibliografia Básica

A indicada nos programas das disciplinas de Graduação DIN0314, DIN0437, DIN0520 e DIN0592.

Subárea: **Direito Internacional Privado**

PONTOS PARA A PROVA DO CURSO DE DOUTORADO

1. Constitucionalidade da norma de conflitos
2. Constituição, normas de aplicação imediata e ordem pública
3. Instituições do direito processual internacional no século XXI: entre objetivos da harmonização e uniformização
4. Jurisdição internacional e competência internacional
5. O direito internacional privado e a nacionalidade – de Mancini aos dias atuais
6. O direito internacional privado e suas características nacionais
7. O direito material designado pela regra de conflitos: reconhecimento e relevância do direito estrangeiro
8. O problema das lacunas no sistema das regras de conflitos
9. O valor da justiça no direito dos conflitos
10. Pluralidade de métodos e a crise do método conflitual clássico

BIBLIOGRAFIA

A indicada nos programas das disciplinas de Pós-Graduação DIN5894, DIN5895, DIN5907, DIN5909, DIN 5914, DIN5917, DIN 5920.

12.5.3 Subárea: **Direito do Comércio Internacional**

PONTOS PARA A PROVA DO CURSO DE MESTRADO

1. Defesa comercial e salvaguardas no GATT.
2. Arbitragem internacional de investimentos: características e perspectivas.
3. OMC: acordos multilaterais sobre comércio, serviços e propriedade intelectual.
4. O Mercosul: características estruturais e normativas.
5. OMC e acordos mega-regionais: oportunidades para o Brasil.
6. Nova *lex mercatoria*: características e aplicabilidade no Brasil.

7. Convenção das Nações Unidas sobre Contratos de Compra e Venda Internacional de Mercadorias: características e expectativa de aplicação no Brasil.
8. Escolha da lei aplicável nos contratos internacionais de compra e venda.
9. Arbitragem comercial internacional: conceito, características e regime jurídico no Direito brasileiro.
10. INCOTERMS: características, conceito e uso do FOB e CIF.

Subárea: **Direito do Comércio Internacional**

PONTOS PARA A PROVA DO CURSO DE DOUTORADO

1. Proibição de discriminação no GATT.
2. A solução de disputa na OMC: órgãos e procedimentos.
3. Acordos mega-regionais de comércio: expectativas e limites.
4. Os acordos brasileiros de cooperação e facilitação de investimentos: estrutura e expectativas.
5. Conceito econômico e jurídico de integração: um modelo capitalista? Há alternativas?
6. Cláusulas de *hardship* e contratos internacionais do comércio.
7. Deveres do vendedor na Convenção das Nações Unidas sobre Contratos de Compra e Venda Internacional de Mercadorias.
8. *Lex mercatoria* e países em desenvolvimento: um instrumento para aumentar desigualdades?
9. A autonomia da vontade e o direito aplicável aos contratos internacionais.
10. Nova *lex mercatoria* e arbitragem internacional.

12.6 Área de concentração **DIREITO PENAL, MEDICINA FORENSE E CRIMINOLOGIA**

PONTOS PARA A PROVA DO CURSO DE MESTRADO

1. Evolução das escolas penais: do casualismo ao finalismo (DPM0111)*
2. Conceito de ação e sua evolução (DPM0111)*
3. Concurso de pessoas e autoria imediata (DPM0111)*
4. Sistema de penas: funções da pena no estado democrático de direito (DPM0112)*
5. Medidas de segurança e direito penal brasileiro (DPM0112)*
6. Esboço de uma teoria geral da parte especial (DPM0211)*
7. Fraude e estelionato no direito penal brasileiro (DPM0212)*
8. Estupro e estupro de vulnerável (DPM0212)*

9. Crime organizado e direito penal brasileiro (DPM0412)*
10. Crimes ambientais e responsabilidade penal da pessoa jurídica (DPM0413)*

* Códigos das disciplinas – Catálogo do Curso de Graduação da FDUSP

PONTOS PARA A PROVA DO CURSO DE DOUTORADO

1. Bem jurídico-penal nos crimes sexuais (DPM5888)*
2. Crimes ativos e omissivos atribuídos aos médicos (DPM5897)*
3. A culpabilidade no Direito Penal Tributário (DPM5894)*
4. Tendências político-criminais contemporâneas (DPM5891-1)*
5. Delação premiada na perspectiva de um Estado Democrático (DPM5892-1)*
6. O direito penal de segunda velocidade (DPM5889-1)*
7. O desenvolvimento do conceito de tipo: sistema neoclássico e sistema finalista (DPM5994-2)*
8. A ideia moral na criminalização sexual (DPM5888-2)*
9. Princípios de bioética (DPM5892)*
10. Sistemas de garantias e justiça penal juvenil (DPM5892-2)*

* Código das disciplinas – Catálogo de disciplinas do Programa de Pós-Graduação da FDUSP.

12.7 Área de concentração **DIREITO PROCESSUAL – (2137)**

12.7.1 Subárea: **Direito Processual Civil**

PONTOS PARA A PROVA DO CURSO DE MESTRADO

1. Litisconsórcio: facultativo, alternativo, eventual, sucessivo necessário e unitário. Influência dos atos e omissões entre os litisconsortes em primeiro e em segundo grau de jurisdição. Diferenças entre o CPC de 1973 e o CPC de 2015.

Cândido Rangel Dinamarco. *Litisconsórcio*, São Paulo: Malheiros, 1997.

Giuseppe Tarzia. *Il litisconsorzio facoltativo nel processo di primo grado*. Milano: Giuffrè, 1972.

Tito Carnacini. *Il litisconsorzio nelle fasi di gravame*. Padova: CEDAM, 1937.

Marcelo José Magalhães BONICIO e Heitor Victor Mendonça SICA. Ensaio sobre os aspectos materiais e processuais do litisconsórcio unitário. In *O processo em perspectiva*, coordenação de Aluisio Gonçalves de Castro Mendes e Teresa Arruda Alvim Wambier. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2013, pp. 277-304.

Silas Silva Santos. *Litisconsórcio eventual, alternativo e sucessivo*. São Paulo: Atlas, 2013.

José Carlos Barbosa Moreira. *Litisconsórcio unitário*. Rio de Janeiro: Forense, 1972.

2. Relações entre demandas (inclusive coletivas).

Kazuo Watanabe. Relação entre demanda coletiva e demandas individuais. In *Direito processual coletivo e o Anteprojeto de Código Brasileiro de Processos Coletivos*. Coord. de Ada Pellegrini Grinover, Aluisio Gonçalves de Castro Mendes e de Kazuo Watanabe. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2007.

Candido Rangel Dinamarco. *Instituições de Direito Processual Civil*, v. II. São Paulo, Malheiros, 2001.

José Carlos Barbosa Moreira. *A conexão de causas como pressuposto da reconvenção*. São Paulo: Saraiva, 1979.

3. Contraditório e colaboração no novo CPC.

Flávio Luiz Yarshell. *Curso de Direito Processual Civil*, v. I. São Paulo: Marcial Pons, 2014, pp. 103-118.

Marcelo José Magalhães Bonicio. *Os princípios do processo no novo CPC*. São Paulo: Saraiva, 2016.

Daniel Mitidiero. *Colaboração no processo civil*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2011.

Humberto Theodoro Júnior. *Curso de Direito Processual Civil*, v. I. Rio de Janeiro: Forense, 2015.

4. A sentença parcial entre o velho e o novo CPC

Candido Rangel Dinamarco. *Capítulos de sentença*. São Paulo: Malheiros, 2002.

Enrico Tullio Liebman. “Parte” o “capo” di sentenza. In *Rivista di Diritto Processuale*, v. XIX. Padova: CEDAM, 1964.

José Carlos Barbosa Moreira. *Comentários ao Código de Processo Civil*, v. V. Rio de Janeiro: Forense, 2001.

Humberto Theodoro Júnior. *Curso de Direito Processual Civil*, v. I. Rio de Janeiro: Forense, 2015.

5. Classificação das sentenças

José Carlos Barbosa Moreira. Sentença executiva? In *Estudos em homenagem à professora Ada Pellegrini Grinover*. Coord. de Flávio Luiz Yarshell e Maurício Zanóide de Moraes. São Paulo: DPJ Editora, 2005.

José Carlos Barbosa Moreira. Questões velhas e novas em matéria de classificação das sentenças. In *Temas de direito processual*, oitava série. São Paulo: Saraiva, 2004.

Pontes de Miranda. *Tratado das ações*, v. I. São Paulo: Saraiva, 1970.

Pontes de Miranda. *Comentários ao Código de Processo Civil*, v. III, t. 2. Rio de Janeiro, 1949.

José Ignacio Botelho de Mesquita. *Da ação civil*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1975.

6. Direito intertemporal e direito adquirido processual: a aplicação das novas regras aos processos pendentes e a tutela constitucional do processo.

Galeno Lacerda. *O novo direito processual civil e os feitos pendentes*. Rio de Janeiro: Forense, 1974.

Fábio Guidi Tabosa Pessoa. Breves considerações em torno da disciplina do direito intertemporal no CPC de 2015. In *O novo Código de Processo Civil: questões controvertidas*. São Paulo: Atlas, 2015.

Luiz Guilherme Marinoni, Sérgio Cruz Arenhart e Daniel Mitidiero. *Novo Código de Processo Civil comentado*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2015.

Cândido Rangel Dinamarco. *A reforma do Código de Processo Civil*. São Paulo: Malheiros, 1997.

Geovanny Jeveaux. Direito adquirido processual. In *Revista de processo*, v. 136. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2006.

7. Negócio jurídico processual

Flávio Luiz Yarshell. Convenção das partes em matéria processual: rumo a uma nova era? In *Negócios processuais*. Coord. de Antonio do Passo Cabral e Pedro Henrique Nogueira. Salvador: Juspodium, 2015.

José Carlos Barbosa Moreira. Convenções das partes sobre matéria processual. In *Tema de direito processual*, terceira série. São Paulo: Saraiva, 1984.

Rogério Lauria Tucci. Negócio jurídico processual. Enciclopédia Saraiva de Direito. São Paulo: Saraiva, 1977.

Michele Taruffo. *Verità negoziata?* In *Accordo di parte e processo*. Quaderni della Rivista Trimestrale di Diritto e Procedura Civile, v. 11. Milano: Giuffrè, 2008.

Remo Caponi. *Autonomia privata e processo civile: gli accordi processuali*. In *Accordo di parte e processo*. Quaderni della Rivista Trimestrale di Diritto e Procedura Civile, v. 11. Milano: Giuffrè, 2008.

8. Tutela de urgência no novo CPC: avanços e retrocessos em relação ao CPC de 1973

José Roberto dos Santos Bedaque. *Tutela provisória: considerações gerais*. In *O novo Código de Processo Civil: questões controvertidas*. São Paulo: Atlas, 2015.

Luiz Guilherme Marinoni, Sérgio Cruz Arenhart e Daniel Mitidiero. *Novo Código de Processo Civil comentado*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2015.

Humberto Theodoro Júnior. *Curso de Direito Processual Civil*, v. I. Rio de Janeiro: Forense, 2015.

9. Conciliação e mediação no novo CPC e na Lei 13.140, de 2015.

Ada Pellegrini Grinover. Os métodos consensuais de conflitos no novo CPC. In *O novo Código de Processo Civil: questões controvertidas*. São Paulo: Atlas, 2015.

Ada Pellegrini Grinover, Kazuo Watanabe e Caetano Lagrasta Neto. *Mediação e gerenciamento do processo: revolução na prestação jurisdicional*. São Paulo: Atlas, 2007.

Petronio Calmon. *Fundamentos da mediação e da conciliação*. Brasília: Gazeta Jurídica, 2013.

10. Coisa julgada nas ações coletivas

Rodolfo de Camargo Mancuso. *Jurisdição coletiva e coisa julgada*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2012.

Camilo Zufelato. *Coisa julgada coletiva*. São Paulo: Saraiva, 2011.

Aluisio Gonçalves de Castro Mendes. *Ações coletivas no direito comparado e nacional*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2009.

Subárea: **Direito Processual Civil**

PONTOS PARA A PROVA DO CURSO DE DOUTORADO

1. Poderes instrutórios do juiz no CPC de 1973 e no CPC de 2015: análise comparativa.

José Roberto dos Santos Bedaque. *Poderes instrutórios do juiz*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2009.

José Carlos Barbosa Moreira. A função social do processo civil moderno e o papel do juiz e das partes na direção e na instrução do processo. In *Temas de direito processual*, terceira série. São Paulo: Saraiva, 1984.

Michele Taruffo. *Uma simples verdade: o juiz e a construção dos fatos*. São Paulo: Marcial Pons, 2012.

2. Os precedentes no sistema processual civil brasileiro e sua recepção no novo CPC

Michele Taruffo. Dimensiones del precedente judicial. In *Proceso y decisión*. Madrid: Marcial Pons, 2012.

José Rogério Cruz e Tucci. *Precedente judicial como fonte do direito*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2004.

Luiz Guilherme Marinoni. *Precedentes obrigatórios*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2013.

Camilo Zufelato. Precedentes judiciais vinculantes à brasileira no novo CPC: aspectos gerais. In *O novo Código de Processo Civil: questões controvertidas*. São Paulo: Atlas, 2015.

Carlos Alberto de Salles. Precedentes e jurisprudência no novo CPC: novas técnicas decisórias? In *O novo Código de Processo Civil: questões controvertidas*. São Paulo: Atlas, 2015.

José Carlos Barbosa Moreira. Súmula, jurisprudência, precedente: uma escalada e seus riscos. In *Temas de direito processual*, nona série. São Paulo: Saraiva, 2007.

3. A Fazenda Pública na arbitragem: adequação do litígio, disponibilidade dos direitos, prerrogativas processuais, escolha dos árbitros, menção no edital de contratos administrativos e sujeição ao regime de precatórios.

Selma Lemes. *Arbitragem na Administração Pública*. São Paulo: Quartier Latin, 2007.

Carlos Alberto de Salles. *Arbitragem em contratos administrativos*. Rio de Janeiro: Forense, 2011.

Paulo Osternack Amaral. *Arbitragem e Administração Pública*. Belo Horizonte: Editora Forum, 2012.

Ana Perestrelo de Oliveira. *Arbitragem de litígios com entes públicos*. Coimbra: Almedina, 2007.

Marcelo José Magalhães Bonicio. Arbitragem e Estado: ensaio sobre o litígio adequado. *Revista de Arbitragem e Mediação*, v. 45. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2015.

Cesar Augusto Guimarães Pereira e Eduardo Talamini (coordenadores). *Arbitragem e Poder Público*. São Paulo: Saraiva, 2010.

Éric Loquin e Sébastien Manciaux (coordenadores). *L'ordre public et l'arbitrage*. Paris: LexisNexis, 2014.

4. Princípio da oralidade e sua recepção no CPC de 1973 e no CPC de 2015.

Giuseppe Chiovenda. *Instituições de Direito Processual Civil*, v. 3. São Paulo: Saraiva, 1965.

Cândido Rangel Dinamarco. *Instituições de Direito Processual Civil*, v. II, São Paulo: Malheiros, 2009.

José Carlos Baptista Puóli. O devido processo legal e a oralidade. In *40 anos da Teoria Geral do Processo no Brasil: passado, presente e futuro*. Camilo Zufelato e Flávio Luiz Yarshell (coordenadores). São Paulo: Malheiros, 2013.

Marcelo José Magalhães Bonicio. *Os princípios do processo no novo CPC*. São Paulo: Saraiva, 2016.

Robert Wyness Millar. *Los principios formativos del procedimiento civil*. Buenos Aires: Ediar Editores, 1945.

Mauro Cappelletti. *La oralidade y las pruebas em el proceso civil*. Buenos Aires: EJEJA, 1972.

5. Limites objetivos e subjetivos da coisa julgada no novo CPC: avanços e retrocessos

José Rogério Cruz e Tucci. *Limites subjetivos da eficácia da sentença e da coisa julgada civil*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2006.

Giovanni Bonato. Algumas considerações sobre coisa julgada no novo Código de Processo Civil: limites objetivos e eficácia preclusiva. In *O novo Código de Processo Civil: questões controvertidas*. São Paulo: Atlas, 2015.

José Carlos Barbosa Moreira. *Questões prejudiciais e coisa julgada*. Rio de Janeiro: Borsoi, 1967.

Thereza Alvim. *Questões prévias e os limites objetivos da coisa julgada*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1977.

Enrico Allorio. *La cosa giudicata rispetto ai terzi*. Milano: Giuffrè, 1992 (ristampa).

Girolamo A. Monteleone. *I limiti soggettivi del giudicato civile*. Padova: CEDAM, 1978.

6. Efetividade do processo: o papel da tutela específica das obrigações de fazer, não fazer e de entregar coisa certa.

José Roberto dos Santos Bedaque. *Efetividade do processo e técnica processual*. São Paulo: Malheiros, 2006.

Luiz Guilherme Marinoni. *Técnica processual e tutela dos direitos*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2004.

Flávio Luiz Yarshell. *Tutela jurisdicional específica nas obrigações de declaração de vontade*. São Paulo: Malheiros, 1993.

José Carlos Barbosa Moreira. A tutela específica do credor nas obrigações negativas. In *Temas de direito processual*, segunda série. São Paulo: Saraiva, 1988.

7. A importância da motivação da sentença e sua nova dimensão no CPC de 2015.

José Rogério Cruz e Tucci. *A motivação da sentença no processo civil*. São Paulo: Saraiva, 1987.

José Carlos Barbosa Moreira. A motivação das decisões judiciais como garantia inerente ao Estado de Direito. In *Temas de direito processual*, segunda série. São Paulo: Saraiva, 1988.

Humberto Theodoro Júnior. *Curso de Direito Processual Civil*, v. I. Rio de Janeiro: Forense, 2015.

Michele Taruffo. *La motivazione della sentenza civile*. Padova: CEDAM, 1975.

8. O acesso à justiça e o filtro das demandas repetitivas no novo CPC: rejeição liminar do pedido, incidente de resolução de demandas repetitivas, ampliação dos poderes dos relatores dos recursos e julgamento por amostragem nos tribunais superiores.

Luiz Guilherme Marinoni, Sérgio Cruz Arenhart e Daniel Mitidiero. *Novo Código de Processo Civil comentado*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2015.

Humberto Theodoro Júnior. *Curso de Direito Processual Civil*, v. I. Rio de Janeiro: Forense, 2015.

José Roberto dos Santos Bedaque. *Efetividade do processo e técnica processual*. São Paulo: Malheiros, 2006.

Susana Henriques da Costa. *Condições da ação*. São Paulo: Quartier Latin, 2005.

Fábio Gomes. *Carência de ação: doutrina, comentários ao CPC, análise da jurisprudência*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1999.

Michele Fornaciari. *Presupposti processual e giudizio di merito*. Torino: Giappichelli, 1996.

9. Antecipação da prova no novo CPC: fundamentos, hipóteses de admissão, proibição de abuso e utilidade e potencial de aproveitamento de seus resultados.

Flávio Luiz Yarshell. *Antecipação da prova sem o requisito da urgência e direito autônomo à prova*. São Paulo: Malheiros, 2009.

Matías A. Sucunza e Francisco Verbic. *Prueba anticipada en el nuevo Código Procesal Civil: un instituto relevante para la composición eficiente, informada y justa de los conflictos*. In *Direito probatório*. Marco Félix Jobim e William Santos Ferreira (coordenadores). Salvador: Iuspodium, 2015.

Chiara Besso. *La prova prima del processo*. Turim: Giappichelli, 2004.

10. Teorias da substanciação e da individualização no novo CPC

José Rogério Cruz e Tucci. *A causa petendi no processo civil*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2001.

Ricardo de Barros Leonel. *Causa de pedir e pedido: o direito superveniente*. São Paulo: Método, 2006.

Corrado Ferri. *Struttura del processo e modificazione della domanda*. Padova: CEDAM, 1975.

Victor Fairen Guillén. *La transformación de la demanda en el proceso civil*. Santiago de Compostela: Librería Porto, 1949.

12.7.2 Subárea: **Direito Processual Penal**

PONTOS PARA A PROVA DO CURSO DE MESTRADO

1. Sistema acusatório e Sistema inquisitório: gestão da prova no processo penal
2. Inquérito policial: valor dos elementos de informação colhidos no inquérito policial
3. Condições da ação penal e justa causa para ação penal
4. Princípio da motivação das decisões

5. Prisão cautelar: princípios, espécies e requisitos
5. Delação premiada
6. Interceptação das comunicações telefônica e telemática.
7. Correlação entre acusação e sentença
8. Limites objetivos da coisa julgada penal
9. Princípios Gerais dos Recursos
10. Revisão Criminal

Subárea: **Direito Processual Penal**

PONTOS PARA A PROVA DO CURSO DE DOUTORADO

1. Sistema acusatório e Sistema inquisitório: gestão da prova no processo penal
2. Inquérito policial: valor dos elementos de informação colhidos no inquérito policial
3. Condições da ação penal e justa causa para ação penal
4. Princípio da motivação das decisões
5. Prisão cautelar: princípios, espécies e requisitos
5. Delação premiada
6. Interceptação das comunicações telefônica e telemática.
7. Correlação entre acusação e sentença
8. Limites objetivos da coisa julgada penal
9. Princípios Gerais dos Recursos
10. Revisão Criminal

12.8 Área de concentração **DIREITO DO TRABALHO E DA SEGURIDADE SOCIAL – (2138)**

PONTOS PARA A PROVA DO CURSO DE MESTRADO

12.8.1 Subárea: **Direito da Seguridade Social**

- 1 Fontes de custeio da Seguridade Social.
- 2 Previdência Privada.
- 3 Direitos adquiridos em matéria previdenciária.
- 4 Cumulação de benefícios e prescrição.
- 5 Natureza jurídica das contribuições sociais.
- 6 Sistema assistencial no Brasil: renda mínima.
- 7 Sistema de saúde brasileiro.
- 8 Tempo de serviço e contagem recíproca.
- 9 Os direitos sociais como direitos fundamentais.
- 10 Beneficiários.

12.8.2 Subárea: **Direito Individual do Trabalho**

- 1 Contrato individual de trabalho e figuras afins. Novas tipologias contratuais.
- 2 Morfologia da remuneração. Salário, gorjeta, piso salarial, salário profissional.
- 3 Responsabilidade objetiva e subjetiva do empregador nas relações de trabalho: terceirização, "dono da obra", grupo econômico, acidente do trabalho.
- 4 Poder de comando do empregador.
- 5 Sujeitos do contrato de trabalho: generalidades. Trabalho autônomo dependente e as novas modalidades de proteção.
- 6 Formação do contrato de trabalho.
- 7 Custo da mão de obra e os desafios da superação do tradicional binômio trabalho autônomo x trabalho subordinado.
- 8 Cessação do contrato de trabalho. Impactos no ordenamento jurídico brasileiro em caso de eventual (re) ratificação da Convenção 158, da OIT.
- 9 Grupos de empresas.
- 10 O Estado como empregador.

12.8.3: **Direito Coletivo do Trabalho**

- 1 Princípios do direito coletivo do trabalho.
- 2 Incorporação das cláusulas normativas no contrato de trabalho.
- 3 Organização sindical. Sistema confederativo. Centrais Sindicais.
- 4 Garantias da liberdade sindical. Proteção contra atos antissindicais.
- 5 Representação e participação dos trabalhadores na empresa.
- 6 Conflitos coletivos do trabalho: terminologia, conceito, classificação, formas de solução. Sociologia dos conflitos.
- 7 Negociação coletiva de trabalho: funções, níveis, procedimentos.
- 8 Direito de greve. Titularidade, características. Efeitos no contrato de trabalho.
- 9 Poder normativo da Justiça do Trabalho: alterações instituídas pela EC 45/2004.
- 10 Unicidade sindical. Unidade sindical. Pluralidade sindical.

12.8.4: **Direito Processual do Trabalho**

- 1 Autonomia do direito processual do trabalho.
- 2 Princípios do direito processual do trabalho.
- 3 Competência da Justiça do Trabalho. Alterações introduzidas pela EC 45/04.
- 4 Formas de solução dos conflitos trabalhistas.
- 5 Petição inicial trabalhista. Requisitos.
- 6 Resposta do réu. Contestação. Exceções. Reconvenção.
- 7 Das provas: Meios de prova. Ônus da prova.
- 8 Peculiaridades do procedimento sumaríssimo.
- 9 Tutela antecipada e medidas cautelares no processo do trabalho.
- 10 Reformas do CPC e aplicação ao processo do trabalho.

12.8.5: **Teoria Geral do Direito do Trabalho**

- 1 Princípios do Direito do Trabalho. Principais propostas de revisão.
- 2 Multidisciplinaridade do trabalho: economia, sociologia, administração de empresas, filosofia, psicologia, medicina.
- 3 Evolução do direito do trabalho no Brasil.
- 4 Teoria do ordenamento jurídico e seus reflexos no direito do trabalho.
- 5 Hierarquia das normas jurídicas trabalhistas.
- 6 Aplicação do direito comum e do direito do trabalho. Semelhanças e diferenças.
- 7 O método jurídico e o problema da interpretação. Reflexos sobre o direito do trabalho.
- 8 Direito constitucional e direito do trabalho.
- 9 Direito internacional e direito do trabalho.
- 10 Natureza jurídica do direito do trabalho.

PONTOS PARA A PROVA DO CURSO DE DOUTORADO

12.8.6 Subárea: **Direito da Seguridade Social**

1. Os Estados do bem-estar social e neoliberal e a segurança social.
2. Estado democrático de direito e segurança social.
3. Os aspectos jurídicos da pobreza e a construção de um sistema de segurança social.
4. O direito constitucional social – aspectos na consolidação de um sistema de segurança social.
5. O papel da assistência social – aspectos na consolidação da segurança social.
6. Segurança jurídica x segurança econômica – reconstrução da previdência social.
7. Direito do trabalho e segurança social.
8. O executivo na construção da segurança social.
9. O judiciário na construção da segurança social.

10. Teoria geral do direito da segurança social.

12.8.7 Subárea: **Direito Individual do Trabalho**

1. Aspectos gerais da insalubridade. Ruídos e vibrações. Perda auditiva induzida por ruídos ocupacionais. NR 15. Anexos 1, 2 e 8.
2. Aspectos gerais da penosidade.
3. Doenças ocupacionais. LER/DORT.
4. Noções gerais sobre o direito de personalidade e sua aplicação no Direito do trabalho.
5. Contrato de trabalho e cidadania. Importância do direito do trabalho como instrumento de efetivação de justiça social.
6. Responsabilidade pelo dano pessoal na relação de trabalho.
7. Titularidade pela reparação do dano pessoal no contrato de trabalho.
8. O interesse transindividual pessoal no direito do trabalho.
9. O poder de direção do empregador e sua aplicação: controle de e-mails, câmeras de vídeo e revista pessoal.
10. Do trabalho subordinado e autônomo e outras modalidades de trabalho. Dependências econômicas. Pluralidade de empregadores e grupos de empresas. Trabalho de grupo.

12.8.8: **Direito Coletivo do Trabalho**

1. A repressão à conduta antissindical.
2. O contrato coletivo: formação, eficácia e interpretação. Os contratos de nível diferente. A extensão a cargo do Ministério do trabalho.
3. A contratação no setor público: evolução da disciplina; eficácia e negociação coletiva no setor público.
4. A greve: os fundamentos e a titularidade de direito da greve. Os limites externos. A lei sobre serviços públicos essenciais. O sistema de responsabilidade dos trabalhadores e dos sindicatos.
5. Origem históricas, políticas e ideológicas do sindicalismo brasileiro.
6. Totalitarismo, corporativismo e sindicalismo. Experiências sindicais corporativas. Corporativismo, semicorporativismo, pós-corporativismo e neocorporativismo.
7. Estrutura sindical na Constituição Federal de 1988.
8. Sindicalismo no direito comparado. O modelo italiano.
9. Sindicalismo no direito comparado. O modelo Espanhol.
10. Sindicalismo no direito comparado. O modelo francês.

12.8.9: **Direito Processual do Trabalho**

1. Microssistema processual de tutela coletiva. Principais institutos jurídicos. A Ação Civil Pública na Justiça do trabalho. Lei 7347/85. Conceito, finalidade e vedações.

Objetivo da Ação Civil Pública. Legitimidade ativa e passiva. Pedidos e obrigações de fazer, de não fazer e de dar. Cominação e multa. Condenação Genética pelos danos causados. Dano material e dano moral coletivo.

2. Direito Processual do trabalho: conceito, autonomia, fontes formais.
3. Aplicação da norma processual trabalhista.
4. Princípios do Direito Processual do Trabalho.
5. Ação trabalhista. Conceito, garantias constitucionais e elementos da ação.
6. Audiência trabalhista. Produção de provas.
7. Sentença trabalhista. Sistema recursal trabalhista.
8. Diálogo do processo comum com o processo do trabalho.
9. O método estatal de solução dos conflitos de trabalho e os aspectos do processo judicial trabalhista informatizado. Antecedentes legislativos de informatização do processo judicial no Brasil e a Lei n.º 11.419/06.
10. Os conceitos legais: processo eletrônico, meios eletrônicos, transmissão eletrônica, assinatura eletrônica, criptografia, prática dos atos processuais, comunicação dos atos processuais, registros dos atos em audiências, documentos eletrônicos.

12.8.10: **Teoria Geral do Direito do Trabalho**

1. Um debate contemporâneo acerca das fontes normativas: lei, negociação coletiva e contrato individual.
2. A globalização: um questionamento histórico do direito do trabalho.
3. Em busca de um direito do trabalho sem adjetivos.
4. A crise de identidade do direito do trabalho.
5. A leitura histórica tradicional (contemporânea) do direito do trabalho.
6. Fim da guerra: o Tratado de Versalhes e a Organização Internacional do Trabalho.
7. A crise de 1929 e o New Deal no contexto das relações de trabalho americanas: fordismo e sindicalismo.
8. A afirmação histórica do direito social.
9. Crítica ao direito e método do direito do trabalho social.
10. Análise do livro I da obra “O Capital” – capítulos 1 e 2- e de sua relevância para a construção de uma crítica imanente aos direitos sociais.

12.9 Área de concentração **FILOSOFIA E TEORIA GERAL DO DIREITO (2139)**

PONTOS PARA A PROVA DO CURSO DE MESTRADO

Teoria Geral do Direito:

1. O debate metodológico contemporâneo em teoria do direito.
2. Interpretação Jurídica, linguagem e objetividade.
3. O positivismo jurídico contemporâneo: autoridade e direito.

Filosofia do Direito:

4. Teorias contemporâneas da justiça.
5. Marx e a tradição crítica do direito.
6. Direito e moral.

Sociologia do Direito:

7. O direito como sistema social.
8. Legalidade e legitimidade no direito contemporâneo.

História do Direito:

9. História do pensamento jurídico no Brasil: o liberalismo jurídico brasileiro.

Ética e Direitos Humanos:

10. Universalismo, relativismo e a fundamentação dos direitos humanos.

Bibliografia Sugerida:

Hart, H. L. A, The concept of law. 2nd ed. Oxford: Oxford University Press, 1997 (Tradução: Hart, H.L.A. O Conceito de Direito. Lisboa: Calouste Gulbekian, 2003).

KELSEN, Hans. Teoria Pura do Direito. Tradução de João Baptista Machado, Coimbra: Armênio Amado Editor, 1934.*Outra edição: KELSEN, Hans. Teoria pura do direito. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

KYMLICKA, Will, Contemporary Political Philosophy - an introduction, 2ª ed., London, Oxford University, 2002. Tradução brasileira Filosofia política contemporânea. Martins Fontes.

Marx e Engels. Manifesto Comunista. São Paulo, Editora Boitempo e Marx e Engels. A ideologia alemã. (I - A ideologia em geral; II – A base real da Ideologia; C – Comunismo. A produção da própria forma de intercâmbio) São Paulo, Editora Boitempo.

Luhmann, Niklas. O conceito de sociedade. In: Neves, Clarissa Eckert Baeta; Samios, Eva Machado Barbosa (ed.). Niklas Luhmann: a nova teoria dos sistemas Trad. de Eva Machado Barbosa Samios. Porto Alegre: Editora UFRGS; Goethe-Institut/ICBA, 1997. p.75-91.

HABERMAS, Jürgen. Técnica e ciência como ideologia. Lisboa, Portugal: Edições 70, 2009

ARENDT, Hannah. Entre o passado e o futuro, Perspectiva, 1979, capítulos 3 “O que é autoridade?” e 4 “que é liberdade?”.

Raízes do Brasil, Sérgio Buarque de Holanda, Companhia das Letras, 1997.

de direito • Weber, Max (1991), Economia e sociedade : fundamentos da sociologia compreensiva, Brasília: Editora da UnB, vols I e II. Os seguintes textos : “Conceitos sociológicos fundamentais”. Weber (1991: Volume I, 3-13); “Ação social e relação social”. Weber (1991: Volume I, 14-35); “Os três tipos de dominação legítima”. Weber (1991: Volume I, 139-161). “Poder e dominação”. Weber (1991: Volume II, 187-193); “O caráter formal do direito objetivo”. Weber (1991: Volume II, 67-85); “Os tipos de

pensamento jurídico e os notáveis na Justiça”. Weber (1991: Volume II, 85-99); “Racionalização formal e racionalização material do direito. Direito teocrático e direito profano.” Weber (1991: Volume II, 100-116); “As qualidades formais do direito moderno.” Weber (1991: Volume II, 142-153).

Dworkin, Ronald, Uma questão de princípio. São Paulo: Martins Fontes, 2000, capítulos, 1- juízes político e estado; 6 – Como o direito se assemelha à literatura; e Modelo de Regras I, in Levando os Direitos a sério, Martins Fontes.

KANT, Immanuel, Fundamentação da Metafísica dos Costumes, "Os Pensadores", trad. de Paulo Quintela, São Paulo, Abril Cultural, 1980.

PONTOS PARA A PROVA DO CURSO DE DOUTORADO

Teoria Geral do Direito:

1. As heranças do realismo jurídico americano: *Critical Legal Studies* e *Law and Economics* e a teoria do direito
2. Ceticismo e Direito

Filosofia do Direito:

3. Direito, poder e autoridade
4. Teorias modernas da Justiça: contratualismo e jusracionalismo
5. Jusnaturalismo clássico e tradição aristotélica

Sociologia do Direito:

6. Sociologia Jurídica e Teoria do Direito
7. Globalização e mudança jurídica

História da Cultura Jurídica:

8. História do pensamento jurídico no Brasil: o pensamento autoritário
9. Os debates sobre teoria do direito no Brasil do século XIX

Ética e Direitos Humanos:

10. Multiculturalismo, comunitarismo e o direito

Bibliografia Sugerida:

ARENDT, Hannah. Entre o passado e o futuro, Perspectiva, 1979, capítulos 3 “O que é autoridade?”

CALDEIRA, Jorge (organizador geral, coleção "Formadores do Brasil", São Paulo, Editora 34 .

HART, H. L. A, The concept of law. 2nd ed. Oxford: Oxford University Press, 1997 (Tradução: Hart, H.L.A. O Conceito de Direito. Lisboa: Calouste Gulbekian, 2003).

KYMLICKA, Will, Contemporary Political Philosophy - an introduction, 2ª ed., London, Oxford University, 2002. Tradução brasileira Filosofia política contemporânea. Martins Fontes.

Luhmann, Niklas. O conceito de sociedade. In: Neves, Clarissa Eckert Baeta; Samios, Eva Machado Barbosa (ed.). Niklas Luhmann: a nova teoria dos sistemas Trad. de Eva Machado Barbosa Samios. Porto Alegre: Editora UFRGS; Goethe-Institut/ICBA, 1997. p.75-91.

HABERMAS, Jürgen. Direito e Moral, in HABERMAS, Jürgen. Direito e democracia: entre facticidade e validade. Tradução de Flávio Beno Siebeneichler. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1997b. 2 v.

DWORKIN, Ronald. Objectivity and truth: you'd better believe it. *Philosophy and Public Affairs*, Hoboken, v. 25, p. 87-139, 1996.

KANT, Immanuel, *Fundamentação da Metafísica dos Costumes*, "Os Pensadores", trad. de Paulo Quintela, São Paulo, Abril Cultural, 1980.

KANT, "Sobre um suposto direito de mentir por amor à humanidade". In *A paz perpétua*. Rio de Janeiro: Edições 70, 1990, p.173-179.

Kennedy, Duncan. "Three Globalizations of Law and Legal Thought: 1850-2000." *The New Law and Economic Development. A Critical Appraisal*. Ed. Trubek, D. & Alvaro Santos. Cambridge: Oxford University Press, 2006

CAMPOS, Francisco. O Estado nacional. Sua estrutura, seu conteúdo ideológico. Rio de Janeiro: José Olímpio, 1940, disponível in <http://www.ebooksbrasil.org/eLibris/chicocampos.html>

REALE, Miguel. O Estado Moderno. In: *Obras Políticas (1a fase-1932/1937)*. Brasília: Editora UnB, 1983. t. II.

RAZ, Joseph. *The morality of freedom*. Oxford: Clarendon, 1986, capítulos 2, 3 e 4, (RAZ, Joseph. *A moralidade da liberdade*. Tradução de Carlos Henrique de Oliveira Blecher e Leonardo Gomes Penteado Rosa. Revisão técnica de Rafael Mafei Rabelo Queiroz. São Paulo: Elsevier, 2011. (Coleção Teoria e Filosofia do Direito). Capítulo 2 – Autoridade e Razão, Capítulo 3 – A Justificação da Autoridade e Capítulo 4 – A Autoridade dos Estados)

UNGER, Roberto Mangabeira. *The Critical Legal Studies Movement*. *Harvard Law Review*, Cambridge, v. 96, n. 3, p. 561-675, 1983.

Richard A. Posner, *The Law and Economics Movement*, *The American Economic Review* Vol. 77, No. 2, *Papers and Proceedings of the Ninety-Ninth Annual Meeting of the American Economic Association* (May, 1987), pp. 1-13 Published by: American Economic Association - Article Stable URL: <http://www.jstor.org/stable/1805421>

TAYLOR, Charles. *A política do reconhecimento* in et al. TAYLOR, Charles. *Multiculturalismo: examinando a política de reconhecimento*. Lisboa: Piaget, 1998.

Weber, Max. *Economia e sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva*, vol. I, trad. de Regis Barbosa e Karen E. Barbosa, 3ª. Ed. Brasília: Editora da UnB, 2000, Capítulo I ("Conceitos sociológicos fundamentais"): §§ 1, 2 e 3.

WEBER, Max, *Ciência e Política. Duas vocações*. Cultrix, 1968

12.10 Área de concentração **DIREITOS HUMANOS – (2140)**

PONTOS PARA A PROVA DO CURSO DE MESTRADO

1. O fundamento axiológico dos direitos humanos e a questão de sua vigência universal.
2. Os direitos humanos como princípios e como regra: no plano nacional e internacional: hierarquia e força vinculante.
3. A evolução histórica dos direitos humanos. As declarações de direitos. A internacionalização dos direitos humanos e seus motivos.
4. O significado do direito à saúde na Constituição Federal.
5. O significado do direito à igualdade na Constituição Federal: igualdade formal e substancial.
6. A efetividade da proteção dos direitos humanos: problemas e possíveis soluções.
7. Os Direitos Econômicos e Sociais.
8. Os Direitos civis e políticos.
9. Os Direitos Humanos e a proteção ao meio ambiente na ordem nacional e internacional.
10. Os Direitos Humanos, universalismo, multiculturalismo.

PONTOS PARA A PROVA DO CURSO DE DOUTORADO

1. Direitos humanos no Brasil: o processo de transição para democracia.
2. Origens históricas e realidade atual da desigualdade econômica no Brasil. Instrumentos jurídicos de combate à desigualdade.
3. Positivismo jurídico e proteção dos direitos humanos: uma convivência possível?
4. Os direitos humanos para além das declarações de direitos: o problema de efetividade.
5. O direito internacional humanitário: divergências e convergências com direitos humanos “stricto sensu”.
6. Direito ao meio ambiente como direito humano.
7. Multiculturalismo e políticas afirmativas.
8. Direito à vida: significado e consequências jurídicas.
9. A atuação do Tribunal Penal Internacional na proteção dos Direitos Humanos.
10. Atuação da sociedade civil no combate à exclusão social: relação entre Estado e sociedade civil, movimentos sociais, e papel do terceiro setor.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA DA ÁREA DE DIREITOS HUMANOS

(trata-se de mera sugestão mínima de bibliografia, que não exclui o estudo e análise de bibliografia mais vasta sobre os temas específicos)

AMARAL JR, Alberto. Comercial Internacional e Meio Ambiente, São Paulo, Atlas, 2011, capítulos: 6 Direito ao Meio Ambiente - 6.1 As gerações de direitos fundamentais - 6.2 O nascimento de um novo direito.

AMARAL JR, Alberto. Curso de direito internacional público, Capítulo de Direitos Humanos na Ordem Internacional, 4ª edição, São Paulo, Atlas, 2013.

BOBBIO, Norberto A Era dos Direitos. 8ª. Ed., Rio de Janeiro, Campus, 1992.

- CDHOA - Coordenação da Comissão dos Direitos Humanos da Ordem dos Advogados. Direitos fundamentais, multiculturalismo e religiões. Lisboa: Principia Editora, 2007.
- CARVALHO RAMOS, André de. Teoria Geral dos Direitos Humanos na Ordem Internacional. 2ª Ed., São Paulo: Saraiva, 2012.
- COMPARATO, Fábio Konder. A Afirmação Histórica dos Direitos Humanos. 7ª Ed., São Paulo: Saraiva, 2010.
- JULLIEN, François. O diálogo entre as culturas. Do universal ao multiculturalismo. Rio de Janeiro, Zahar, 2008.
- SALOMÃO FILHO, Calixto. Monopólio colonial e subdesenvolvimento, in Democracia, Direitos Humanos e República. São Paulo: Quartier Latin, 2009, PP.159-206.
- SANTOS, Boaventura de Souza - Por uma concepção multicultural de direitos humanos, in Santos, Boaventura de Souza (org.), Reconhecer para libertar os caminhos do cosmopolitismo multicultural, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2003.
- SANTOS, Gislene Aparecida dos. Reconhecimento, utopia, distopia. Os sentidos da política de cotas raciais. São Paulo, Annablume/FAPESP, 2012.
- SARLET, Ingo Wolfgang. Dimensões da dignidade: ensaios de filosofia do direito e direito constitucional. Porto Alegre, Livraria do Advogado, 2005.
- SILVA, Virgílio Afonso da. Direitos fundamentais: conteúdo essencial, restrições e eficácia. São Paulo: Malheiros, 2009.
- SOARES, Maria Victoria de Mesquita Benevides, Cidadania e direitos humanos, Cadernos de Pesquisa (Fundação Carlos Chagas), n. 104, Direitos Humanos, Cidadania e Educação, 1998.
- TAYLOR, Charles. Multiculturalismo. Lisboa: Instituto Piaget, 1998.

12.11 Área de concentração ***DIREITO ROMANO E SISTEMAS JURÍDICOS CONTEMPORÂNEOS – (2141)***

PONTOS PARA A PROVA DO CURSO DE MESTRADO

1. Fontes do Direito Romano: costumes e leis.
2. O desenvolvimento da *Jurisprudentia* Romana da Realeza ao Direito Justinianeu. *Agere, cavere, respondere*. As *institutiones* de Gaio e de Justiniano.
3. Propriedade quiritária e propriedade pretoriana.
4. Fidúcia, penhor e hipoteca.
5. Mora, Inadimplemento e Responsabilidade.
6. Contratos reais.
7. Delitos do direito civil; delitos do direito pretoriano.
8. *Status familiae*. A família romana.
9. Sucessão Testamentária (*secundum tabulas*), Legítima (*ab intestato*) e Necessária (*contra tabulas*).
10. O Processo Civil Romano.

Bibliografia Sugerida:

1) Para preparação da prova dissertativa (meramente indicativa):

A.CORRÊA e G.SCIASCIA, Manual de Direito Romano, São Paulo, RT, 6ª edição, 1988.

ALVES, José Carlos Moreira. **Direito Romano**. 14ª edição revista, corrigida e aumentada. Rio: Forense, 2007

Digesto de Justiniano, Livro I. (Tradução de Hécio Madeira) Revista dos Tribunais, 2009.

KASER, M. **Direito Privado Romano**, Lisboa, Calouste Gulbenkian, 1999.

MARKY, Thomas. **Curso Elementar de Direito Romano**, 8ª ed., São Paulo, Saraiva, 1995.

1) Para preparação de projeto de pesquisa (meramente indicativa):

AGATI MADEIRA, Eliane M. A Lesão. **Contribuições da Romanística**, São Paulo, Quartier Latin, 2010.

ALVES, José Carlos Moreira. **Direito Romano**. 14ª edição revista, corrigida e aumentada. Rio: Forense, 2007

LOBO, Abelardo Cunha. **Curso de Direito Romano**, disponível em <http://www2.senado.gov.br/bdsf/bitstream/id/191619/1/cursodedireitoromano.pdf>

MADEIRA, H.M.F. **História da Advocacia**. São Paulo, Saraiva, 2002.

MADEIRA, H.M.F. **O Nascituro no Direito Romano**. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 2005.

QUEIROZ DE MORAES, B. B. **Pacto de melhor comprador: configuração no direito romano ("in diem addictio") e projeções no direito atual**. 1. ed. Madrid: Dykinson, 2010.

SILVEIRA MARCHI, E. C. **A Propriedade Horizontal no Direito Romano**, São Paulo, Edusp, 1995 ou 2ª ed., São Paulo, Quartier Latin, 2003

SILVEIRA MARCHI, E. C. **Concurso de Credores e "Pactum ut minus solvatur"**, 2ª ed., Lecce, Grifo, 1999.

SILVEIRA MARCHI, E. C. **Guia de Metodologia Jurídica**, 2ª ed., Saraiva, 2010.

POVEDA VELASCO, Ignácio Maria. **A proteção do comprador no direito romano**. São Paulo: Cultural Paulista, 2002

COMISSÃO DE PÓS-GRADUAÇÃO DA FACULDADE DE DIREITO DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO, 30 de janeiro de 2016.

De acordo. Publique-se.

Professora Associada **MONICA HERMAN S. CAGGIANO**
Presidente da Comissão de Pós-Graduação da FDUSP